

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA USINA CAETÉ S.A.

Pelo presente instrumento particular, como Emissora,

USINA CAETÉ S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rua Barão de Jaraguá, nº. 47, bairro do Jaraguá, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.282.034/0001-03 e no NIRE 273.0000054-8 (“Companhia”, “Emissora” ou “Caeté”);

na qualidade de Agente Fiduciário,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.113.876/0001-9 (“Agente Fiduciário”) representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão pública de Debêntures da Emissora (“Debenturistas”),

na qualidade de Agente de Garantias,

OLIVEIRA TRUST SERVICER S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na Avenida das Américas, nº. 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20 (“Agente de Garantias”),

e como “Garantidores”,

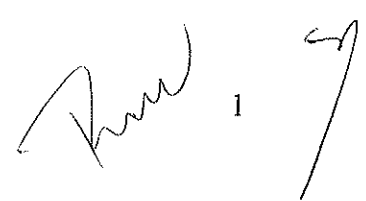
ELIZABETH ANNE LYRA LOPES DE FARIAS, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade n. 346-648-SSP/AL e inscrita no CPF/MF sob o n. 140.136.144-72, residente e domiciliada na Avenida Álvaro Otacílio, nº. 2.727, 7º andar, cidade de Maceió, Estado de Alagoas (“Elizabeth Farias”);

FERNANDO LOPES DE FARIAS, brasileiro, casado com Elizabeth Farias, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n. 139254 SSP/AL e inscrito no CPF/MF sob o n. 068.244.044-020, residente e domiciliado na Avenida Álvaro Otacílio, nº. 2.727, 7º andar, cidade de Maceió, Estado de Alagoas (“Fernando Farias”); e

LAGENSE S.A. – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES, sociedade por ações, com sede na rua Barão de Jaraguá 47, bairro do Jaraguá, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.276.994/0001-52 e no NIRE 273.0000011-4 (“Lagense”);

sendo certo que a Emissora, os Garantidores, o Agente Fiduciário e o Agente de Garantias serão doravante denominados em conjunto como “Partes” e individualmente como “Parte”;

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Usina Caeté S.A. (a “Escritura de Emissão” ou “Escritura”), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.



CLÁUSULA PRIMEIRA AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura é firmada pela Emissora com base na deliberação da sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2013 e na deliberação da sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2013, a qual rerratificou a primeira deliberação (tais Assembleias Gerais Extraordinárias, as "AGEs Emissora"), nos termos do artigo 59, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A fiança prestada por Lagense foi autorizada nos termos da sua Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de maio de 2013 ("AGE Lagense").

CLÁUSULA SEGUNDA REQUISITOS

2.1. A presente emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries e com garantia real e garantia fidejussória adicional, da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") (a emissão será doravante denominada "Emissão" ou "Oferta Restrita"), será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.2. Dispensa de Registro na CVM

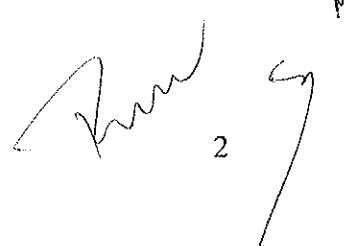
2.2.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos dos artigos 1º, parágrafo 1º, inciso III, 3º e 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação.

2.3. Dispensa de Registro na ANBIMA

2.3.1. A Emissão também está dispensada de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.4. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas e Publicação dos Atos Societários

2.4.1. A Ata da AGE Emissora realizada em 23 de maio de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas e no periódico Gazeta de Alagoas nos dias 05 de junho de 2013 e 01 de junho de 2013, respectivamente, e foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Alagoas em 27 de maio de 2013, em cumprimento ao especificado no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações. A Ata da AGE Emissora realizada em 26 de junho de 2013, a qual rerratificou a AGE Emissora realizada em 23 de maio de 2013, será publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas e no periódico Gazeta de Alagoas e será arquivada na Junta Comercial do Estado de Alagoas, também em cumprimento ao especificado no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações. A Ata da AGE Lagense foi publicada no Diário Oficial de Alagoas e no periódico Gazeta de Alagoas nos dias 05 de junho de 2013 e 01 de junho de 2013, respectivamente, e foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Alagoas em 29 de maio de 2013, igualmente em cumprimento ao especificado no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.



2.5. Inscrição da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado de Alagoas e nos Registros de Títulos e Documentos Competentes

2.5.1. A Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na Junta Comercial do Estado de Alagoas, conforme o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.5.2. Em virtude da fiança solidária prestada pelos Garantidores, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de Maceió, Estado de Alagoas e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data desta Escritura de Emissão ou dos seus eventuais aditamentos, conforme o caso.

2.6. Constituição de Garantias Reais

2.6.1 As garantias reais locais descritas e definidas abaixo neste instrumento, quais sejam, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Domésticos, a Cessão Fiduciária de Conta Vinculada no Brasil, a Cessão Fiduciária de CDBs, a Alienação Fiduciária de Imóveis, a Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva, a Alienação Fiduciária de Equipamentos e a Alienação Fiduciária de Equipamentos Sob Condição Suspensiva serão constituídas mediante assinatura e registro dos respectivos instrumentos constitutivos e observância das demais formalidades consoante os termos da legislação aplicável.

2.6.1.1 Os instrumentos de constituição da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Domésticos, da Cessão Fiduciária de CDBs e da Alienação Fiduciária de Equipamentos deverão estar registrados pela Emissora, a suas expensas, em até 30 (trinta) dias contados da sua assinatura, nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes em relação à sede de cada uma das partes contratantes, sendo certo que, até o fim deste prazo, a Emissora deverá enviar cópia ao Agente Fiduciário de tais registros.

2.6.1.2 O instrumento de constituição da Alienação Fiduciária de Imóveis deverá estar registrado pela Emissora, a suas expensas, em até 60 (sessenta) dias contados da sua assinatura, no(s) cartório(s) de Registro de Imóveis em que os imóveis objeto de tal instrumento estejam matriculados, sendo certo que, até o fim deste prazo, a Emissora deverá enviar cópia ao Agente Fiduciário de tais registros.

2.6.1.3 Os instrumentos de constituição da Alienação Fiduciária de Imóvel Sob Condição Suspensiva deverão estar registrados pela Emissora, a suas expensas, em até 120 (cento e vinte) dias contados da sua assinatura, no(s) cartório(s) de Registro de Imóveis em que os imóveis objeto de tal instrumento estejam matriculados, sendo certo que, até o fim deste prazo, a Emissora deverá enviar cópia ao Agente Fiduciário de tais registros.

2.6.1.4 O instrumento de constituição da Alienação Fiduciária de Equipamentos Sob Condição Suspensiva deverá estar registrado pela Emissora, a suas expensas, em até 120 (cento e vinte) dias contados da sua assinatura, nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes em relação à sede de cada uma das partes contratantes, sendo certo que, até o fim deste prazo, a Emissora deverá enviar cópia ao Agente Fiduciário de tais registros.

2.6.2 As garantias reais estrangeiras descritas e definidas abaixo neste instrumento, quais sejam, a oneração dos Direitos Creditórios Exclusivos de Exportação e a oneração sobre a Conta Vinculada no Exterior serão constituídas mediante assinatura dos respectivos instrumentos e demais formalidades ali previstas, até a Data de Integralização (conforme definida abaixo).

 3



2.6.3 Na Data de Integralização, deverão estar constituídas, em observância ao disposto no artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, as garantias previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada no Brasil (conforme definido abaixo), conta esta que irá receber o produto da presente Emissão, nos termos da Cláusula 3.6 abaixo. As demais garantias reais aqui previstas serão constituídas nos prazos descritos acima e de acordo com o estabelecido nos respectivos instrumentos.

2.6.4 Na Data de Integralização (conforme definida abaixo), todas as formalidades de publicação e arquivamento previstas na Cláusula 2.4.1 acima deverão ter sido cumpridas pela Emissora.

2.7. Registro para Distribuição e Negociação

2.7.1. As Debêntures serão registradas para:

(a) distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e

(b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.7.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.7.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo investidor qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ainda ao cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

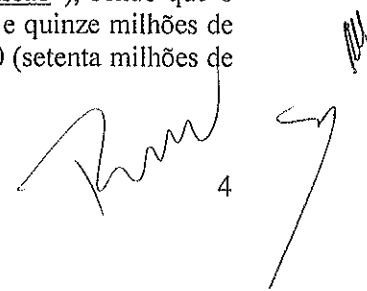
3.1.1. Cultivo, extração e industrialização da cana-de-açúcar e seus derivados industriais; produção e comercialização de energia elétrica; comercialização da produção própria de seus produtos; comercialização de produtos e mercadorias de terceiros; exportação de produção própria e de terceiros; importação; participação no capital social de outras empresas; e exploração de outras atividades afins.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta Escritura de Emissão corresponde à 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão, na Data de Emissão (conforme definida abaixo), será de R\$185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), sendo que o valor total da primeira série, na Data de Emissão, será de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais) e o valor total da segunda série, na Data de Emissão, será de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).



3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo as Debêntures da Primeira Série doravante denominadas como "Debêntures da Primeira Série" e as Debêntures da Segunda Série doravante denominadas como "Debêntures da Segunda Série". Quando referidas em conjunto, as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão denominadas as "Debêntures".

3.5. Colocação e Procedimentos de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"). O coordenador líder da Emissão será Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, Bloco A, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.400.888/0001-42 ("Coordenador Líder").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá os procedimentos descritos na Instrução CVM 476 e nos instrumentos firmados entre a Emissora e os Coordenadores para colocação das Debêntures perante investidores, incluindo o contrato de coordenação, colocação e distribuição ("Contrato de Distribuição").

3.6. Destinação de Recursos

3.6.1. Os recursos oriundos da liquidação das Debêntures serão recebidos pela Emissora na conta corrente de sua titularidade nº 61362, mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Conta Vinculada no Brasil") e serão utilizados para aquisição de Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") de emissão do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ou de outras instituições do seu grupo econômico, os quais serão objeto da Cessão Fiduciária de CDBs (conforme abaixo definida). Uma vez tais CDBs sejam liberados da Cessão Fiduciária de CDBs (conforme abaixo definida) de acordo com seus termos e condições, os recursos assim recebidos pela Emissora serão empregados pela Emissora nos seguintes termos:

(a) pelo menos 90% (noventa por cento) dos recursos oriundos das Debêntures serão empregados no pagamento de passivos financeiros da Emissora descritos no Anexo I a esta Escritura de Emissão no prazo de até 90 (noventa) dias da data da subscrição das Debêntures, exceto pelos passivos financeiros descritos no Anexo I, contraídos pela Emissora junto ao Banco do Brasil S.A. (e/ou às suas afiliadas), que devem ser liquidados com uso dos recursos referidos neste item (a) até 03 de setembro de 2013; e

(b) até 10% (dez por cento) dos recursos oriundos das Debêntures serão empregados (i) no pagamento de custos e despesas relacionados a esta Emissão, e (ii) no curso ordinário dos negócios da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante e o escriturador mandatário da Emissão será, respectivamente, o Itaú Unibanco S.A. ("Banco Liquidante") e a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Escriturador Mandatário").

CLÁUSULA QUARTA CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1 As Debêntures terão Valor Nominal Unitário de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.2. Quantidade de Debêntures

4.2.1. Serão emitidas 370 (trezentos e setenta) Debêntures, sendo 230 (duzentas e trinta) Debêntures da Primeira Série e 140 (cento e quarenta) Debêntures da Segunda Série.

4.3. Espécie, Forma e Tipo e Emissão de Cautelas ou Certificados

4.3.1. As Debêntures são da espécie com garantia real, escriturais e nominativas, sem a emissão de cautelas ou certificados, e contam com garantia fidejussória adicional.

4.4. Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures não são conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.5. Data de Emissão

4.5.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 26 de junho de 2013 ("Data de Emissão").

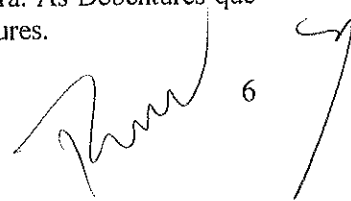
4.6. Prazo e Data de Vencimento

4.6.1. Para todos os efeitos legais, a data de vencimento das Debêntures será o dia 29 de julho de 2020 ("Data de Vencimento"), ressalvada a hipótese de vencimento antecipado, conforme disposto na Cláusula Sexta desta Escritura. Na Data do Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo) pelo respectivo Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.8 (conforme aí definida), calculada nos termos desta Escritura e de eventuais encargos, conforme aplicável.

4.7. Resgate Antecipado, Amortização Extraordinária e Aquisição de Debêntures pela Emissora

4.7.1. *Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária.* As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado facultativo ou de qualquer forma de amortização extraordinária.

4.7.2. *Aquisição Facultativa de Debêntures pela Emissora.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures por valor igual, inferior ou superior ao respectivo Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida a seguir), calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, bem como a legislação aplicável à época e as regras expedidas pela CVM. A aquisição facultativa de que trata esta Cláusula, em qualquer situação, deve constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser colocadas novamente no mercado, canceladas a qualquer momento ou permanecer em tesouraria da Emissora. As Debêntures que forem recolocadas no mercado farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.



4.8. Remuneração

4.8.1 Remuneração das Debêntures da Primeira Série

4.8.1.1 Cada Debênture da Primeira Série renderá juros remuneratórios incidentes a partir da Data de Emissão, sobre o respectivo Saldo do Valor Nominal Unitário, correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definidos abaixo), calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescidas de um *spread* de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos (“Juros Remuneratórios Primeira Série” ou “Remuneração Primeira Série”).

4.8.1.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros remuneratórios correspondentes a cada uma das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização (conforme definido a seguir).

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou, se aplicável, Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

$FatorJuros$ = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

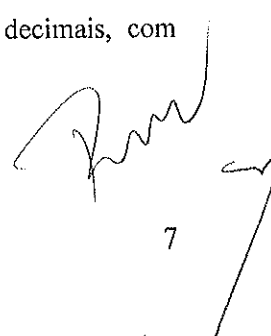
$FatorDI$ = produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

K = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n ;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{N}{252}} \right]$$

onde:

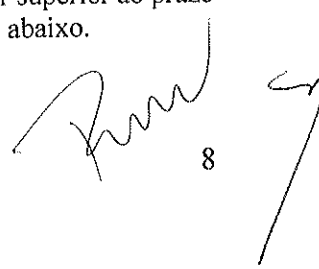
spread = 3,5 (três inteiros e cinco décimos); e

N = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido a seguir) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "N" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.8.1.3 Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios Primeira Série, será aplicado, alternativamente, o seu substituto legal ou, na falta deste, a última Taxa DI divulgada pela CETIP, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.8.1.4, 4.8.1.5 e 4.8.1.6 abaixo.



4.8.1.4 Sem prejuízo do disposto acima, no caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures da Primeira Série, ou de determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar, conforme o caso: (a) do 1º (primeiro) Dia Útil após a extinção da Taxa DI; (b) do 1º (primeiro) Dia Útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (c) do 1º (primeiro) Dia Útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da Taxa DI, convocar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, será utilizado o substituto legal ou, na falta deste, a última Taxa DI divulgada pela CETIP não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Primeira Série quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.8.1.5 Caso não haja acordo, entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Primeira Série, sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 4.8.1.4 acima, sendo cada Debênture da Primeira Série regatada pelo Valor Unitário de Mercado das Debêntures da Primeira Série.

4.8.1.6 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.8.2 Remuneração das Debêntures da Segunda Série

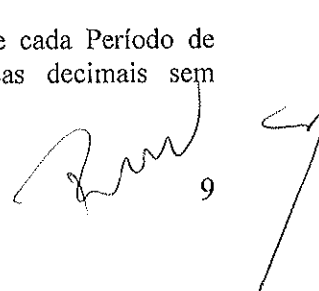
4.8.2.1 Cada Debênture da Segunda Série renderá juros remuneratórios incidentes a partir da Data de Emissão, sobre o respectivo Saldo de Valor Nominal Unitário, correspondentes a 100% (cem por cento) das variações acumuladas diárias da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, expressa na forma percentual ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, acrescidas de um *spread* de 8,38% (oito inteiros e trinta e oito décimos por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias corridos ("Juros Remuneratórios Segunda Série" ou "Remuneração Segunda Série" e, quando em conjunto com os Juros Remuneratórios Primeira Série e com a Remuneração Primeira Série, respectivamente, os "Juros Remuneratórios" ou "Remuneração").

4.8.2.2 O cálculo dos Juros Remuneratórios Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros}-1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento.



VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou, se aplicável, Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

FatorJuros = fator de juros, composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de sobretaxa calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorTJLP} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorTJLP = produtório das Taxas de Juros de Longo Prazo, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator TJLP} = \prod_{k=1}^n \left[\left(1 + \frac{\text{TJLP}_k}{100} \right)^{\frac{1}{360}} \right]$$

onde,

n = número total de dias corridos durante o Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro.

TJLP_k = Taxa de Juros de Longo Prazo para o dia “k” em referência expressa ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias.

k = número de ordem da TJLP, variando de 1 (um) até “n”.

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} \right) \right]$$

onde,

spread = 8,38% (oito inteiros e trinta e oito décimos por cento).

n = número de dias corridos calculados entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido a seguir) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “n” um número inteiro.

A TJLP deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

 10

Cada fator resultante das expressões $\left(1 + \frac{TJLP_k}{100}\right)^{\frac{1}{360}}$, será arredondado com 10 (dez) casas decimais, para, em seguida ser considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório do fator $\left(1 + \frac{TJLP_k}{100}\right)^{\frac{1}{360}}$, sendo que a cada fator acumulado considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator, e assim por diante até o último fator considerado.

A aplicação da TJLP incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.8.2.3 Caso a TJLP não esteja disponível quando da apuração para pagamento dos Juros Remuneratórios Segunda Série, será aplicado, alternativamente, o substituto legal ou, na falta deste, a mesma taxa diária que a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) adotar em contratos indexados à TJLP, desde de que a taxa esteja em conformidade com a Decisão-Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003 (“Decisão-Conjunta 13”), e/ou com a regulamentação aplicável no momento da apuração acima referida, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da TJLP que seria aplicável no momento da referida apuração.

4.8.2.4 Sem prejuízo do disposto acima, no caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da TJLP por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, de impossibilidade legal de aplicação da TJLP às Debêntures da Segunda Série, ou de determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar, conforme o caso: (a) do 1º (primeiro) Dia Útil após a extinção da TJLP; (b) do 1º (primeiro) Dia Útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a TJLP não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (c) do 1º (primeiro) Dia Útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da TJLP, convocar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série que serão aplicados. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, será utilizado o substituto legal ou, na falta deste, a mesma taxa diária que a BM&FBOVESPA adotar em contratos indexados à TJLP (“Taxa BM&FBOVESPA”), desde que a taxa esteja em conformidade com a Decisão-Conjunta 13 e/ou com a regulamentação aplicável no período em questão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série. Caso a Taxa BM&FBOVESPA não esteja em conformidade com a Decisão-Conjunta 13 e/ou com a regulamentação aplicável no período em questão, deverá ser aplicada nesse período a última TJLP divulgada pelo Conselho Monetário Nacional.

4.8.2.5 Caso não haja acordo, entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série, sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Segunda Série, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 4.8.2.4 acima, sendo cada Debênture da Segunda Série regatada pelo Valor Unitário de Mercado das Debêntures da Segunda Série.

4.8.2.6 Não obstante o disposto acima, caso a TJLP venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a TJLP então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

4.8.3. O período de capitalização dos Juros Remuneratórios ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente, ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula Sexta, ou de um resgate antecipado obrigatório, na data em que qualquer um deles ocorrer. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios.

4.8.4. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série e os Juros Remuneratório da Segunda Série serão pagos nas datas definidas a seguir, ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula Sexta, ou de um resgate antecipado obrigatório, na data em que qualquer um deles ocorrer, sendo certo que, caso alguma das referidas datas não seja Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente subsequente (cada data de pagamento dos Juros Remuneratórios, "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios"):

#	Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios
1	29 de Julho de 2013
2	29 de Agosto de 2013
3	27 de Setembro de 2013
4	29 de Janeiro de 2014
5	27 de Fevereiro de 2014
6	28 de Março de 2014
7	29 de Julho de 2014
8	29 de Agosto de 2014
9	29 de Setembro de 2014
10	29 de Janeiro de 2015
11	27 de Fevereiro de 2015
12	27 de Março de 2015
13	29 de Julho de 2015
14	28 de Agosto de 2015
15	29 de Setembro de 2015
16	29 de Janeiro de 2016
17	26 de Fevereiro de 2016
18	29 de Março de 2016
19	29 de Julho de 2016
20	29 de Agosto de 2016
21	29 de Setembro de 2016
22	27 de Janeiro de 2017

#	Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios (cont.)
23	24 de Fevereiro de 2017
24	29 de Março de 2017
25	28 de Julho de 2017
26	29 de Agosto de 2017
27	29 de Setembro de 2017
28	29 de Janeiro de 2018
29	27 de Fevereiro de 2018
30	29 de Março de 2018
31	27 de Julho de 2018
32	29 de Agosto de 2018
33	28 de Setembro de 2018
34	29 de Janeiro de 2019
35	27 de Fevereiro de 2019
36	29 de Março de 2019
37	29 de Julho de 2019
38	29 de Agosto de 2019
39	27 de Setembro de 2019
40	29 de Janeiro de 2020
41	27 de Fevereiro de 2020
42	27 de Março de 2020
43	29 de Julho de 2020
	-

4.8.5. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais, e a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescentes após realização de cada Amortização Programada (tal como definido abaixo).

4.9. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.10. Amortizações Programadas

4.10.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Serie e das Debêntures da Segunda Serie será amortizado em 16 (dezesesseis) parcelas (“Amortizações Programadas”), nas datas e nas porcentagens descritas no quadro abaixo e, caso alguma das datas abaixo não seja Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente subsequente (cada data de pagamento do principal, uma “Data de Pagamento do Principal”):

No. da Parcela	Data de Pagamento do Principal	Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário
1	29 de julho de 2015	6,2500%
2	28 de agosto de 2015	6,2500%
3	29 de setembro de 2015	6,2500%
4	29 de julho de 2016	6,2500%
5	29 de agosto de 2016	6,2500%
6	29 de setembro de 2016	6,2500%
7	28 de julho de 2017	6,2500%
8	29 de agosto de 2017	6,2500%
9	29 de setembro de 2017	6,2500%
10	27 de julho de 2018	6,2500%
11	29 de agosto de 2018	6,2500%
12	28 de setembro de 2018	6,2500%
13	29 de julho de 2019	6,2500%
14	29 de agosto de 2019	6,2500%
15	27 de setembro de 2019	6,2500%
16	29 de julho de 2020	6,2500%

4.10.2 Na hipótese de declaração do vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula Sexta, o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente amortizado na data em que qualquer um deles ocorrer.

4.11. Encargos Moratórios

4.11.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data de pagamento devida (observado eventual prazo de cura) e até a data do efetivo pagamento dos valores devidos, a juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, bem como multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o montante devido e não pago.

4.12. Preço de Subscrição

4.12.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização (“Data de Integralização”).

4.13. Forma de Integralização

4.13.1. A integralização será realizada à vista, na data da subscrição das Debêntures, em moeda corrente nacional, pelo preço de subscrição previsto na Cláusula 4.12 acima, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.14. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.14.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no CETIP 21.

4.15. Publicidade

4.15.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos jornais Diário Oficial de Alagoas e Gazeta de Alagoas, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.carloslyra.com.br/estatico/relfinanceiro/>) (“Avisos aos Debenturistas”).

4.16. Recebimento dos Pagamentos

4.16.1. Farão jus aos pagamentos os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, Data de Pagamento do Principal ou data em que ocorrer eventual declaração de vencimento antecipado ou resgate antecipado obrigatório, conforme o caso.

4.16.2. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Liquidante ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.16.3. Sem prejuízo do disposto nos itens 4.16.1 e 4.16.2 acima, o não comparecimento dos Debenturistas para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhes dará direito ao recebimento dos encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora aos Debenturistas, sendo-lhes, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.17. Imunidade de Debenturistas

4.17.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista

para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.18. Repactuação

4.18.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

CLÁUSULA QUINTA ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelos Garantidores e posteriormente arquivados na Junta Comercial do Estado de Alagoas e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Maceió, Estado de Alagoas e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA SEXTA VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das hipóteses listadas a seguir (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”), o Agente Fiduciário terá o direito de declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora (a) para cada Debênture da Primeira Série, do Valor Unitário de Mercado das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido); e (b) para cada Debênture da Segunda Série, do Valor Unitário de Mercado das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido), obrigando-se a Emissora, em tal caso, a pagar os valores acima referidos.

- (a) descumprimento, pela Emissora ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição, no PPE (conforme definido abaixo), nos instrumentos de garantia referidos nos itens (a) a (f) da Cláusula 7.2 abaixo (estes últimos os “Contratos de Garantia” e, em conjunto com a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e o PPE, os “Documentos do Financiamento”) ou em qualquer Dívida (conforme definido abaixo), quando essa operação tenha sido contratada com qualquer dos Debenturistas ou com alguma entidade de seus grupos econômicos;
- (b) descumprimento, pela Emissora ou pelos Garantidores, conforme aplicável, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nos Documentos do Financiamento, não sanada (i) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do evento que deu origem ao referido descumprimento, ou (ii) na existência de um prazo de cura específico previsto nos Documentos do Financiamento, no referido prazo de cura;
- (c) requerimento de autofalência, insolvência, pedido de falência por terceiros (não elidido ou suspenso no prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis) ou, ainda, decretação da falência ou evento equivalente ou procedimento similar, conforme aplicável, em relação à Emissora, a qualquer Subsidiária Relevante (conforme definida abaixo) e/ou a qualquer Garantidor;
- (d) pedido de recuperação judicial ou procedimento similar, conforme legislação aplicável, ou qualquer medida para a realização de recuperação extrajudicial da Emissora, de qualquer Subsidiária Relevante (conforme definida abaixo) e/ou de qualquer Garantidor;

- (e) dissolução, liquidação, extinção, falecimento (se aplicável), interdição ou procedimento similar da Emissora, de Subsidiária Relevante e/ou dos Garantidores;
- (f) inveracidade, imprecisão ou incorreção de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores nos Documentos do Financiamento, no caso de imprecisão ou incorreção, desde que não sanadas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência da imprecisão ou incorreção pela Emissora ou pelos Garantidores;
- (g) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem ou comprovadamente possam afetar o exercício pelos Debenturistas de seus direitos e garantias decorrentes dos Documentos do Financiamento, incluindo (i) proferimento de uma ou mais decisões judiciais (em qualquer grau de jurisdição) ou arbitrais, não sujeitas a recurso, que reconheça a ilegalidade, inexistência ou ineficácia de parte ou de todos os Documentos do Financiamento, (ii) as garantias constituídas em relação às Debêntures, a fiança prestada pelos Garantidores ou qualquer dos Documentos do Financiamento: (ii.a) ser(em) objeto de questionamento pela Emissora, por qualquer dos Garantidores ou por autoridade governamental (no evento de questionamento por autoridade governamental, caso esse questionamento possa ter um Efeito Adverso Relevante); (ii.b) ser(em) anulado(s), nulo(s), inválido(s), ou suspenso(s) sob qualquer forma (no caso das garantias, sem que estas sejam substituídas na forma de seus respectivos instrumentos); ou (ii.c) de qualquer forma, deixarem de ser plenamente válidos e eficazes, de existir ou serem rescindidos (no caso das garantias, sem que estas sejam substituídas na forma de seus respectivos instrumentos); (iii) o cumprimento pela Emissora ou por qualquer Garantidor das obrigações resultantes de qualquer Documento do Financiamento tornar-se contrário à lei aplicável ou incompatível com esta ou (iv) a ocorrência de um Efeito Adverso Relevante. Para os fins desta Escritura, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância, fato, condição, efeito ou alteração que tenha, ou razoavelmente poderia ter, individualmente ou de forma agregada, um efeito adverso relevante na Emissora, Garantidores ou Subsidiárias Relevantes, conforme o caso, com relação aos seus negócios, ativos, projetos, resultados operacionais, considerados como um todo, que afete ou possa afetar a capacidade legal e/ou operacional e/ou econômico-financeira da Emissora, dos Garantidores ou das Subsidiárias Relevantes de cumprir suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias previstas nos Documentos do Financiamento;
- (h) não manutenção da preferência absoluta dos Debenturistas e demais credores beneficiários dos Contratos de Garantia com relação ao recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos bens dados em garantia nos termos dos Contratos de Garantia;
- (i) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado (e/ou ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que possa ensejar a declaração de vencimento antecipado) de qualquer obrigação financeira da Emissora, de qualquer Subsidiária (conforme definida abaixo) e/ou de qualquer Garantidor cujo valor principal agregado seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se tal inadimplemento for sanado dentro dos prazos de cura ou remediação previstos nos respectivos instrumentos;
- (j) protesto, contra a Emissora, qualquer Subsidiária e/ou qualquer Garantidor, de título ou contrato cujo valor individual ou agregado não pago seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se: (i) o protesto for cancelado, sustado ou suspenso ou (ii) forem prestadas garantias suficientes em juízo, desde que a prestação de tal garantia não resulte em um Efeito Adverso Relevante;

- (k) decisão(ões) judicial(is) determinando execução de títulos ou contratos contra a Emissora, qualquer Subsidiária e/ou qualquer Garantidor ou condenando qualquer dos mesmos a pagamentos, cujo valor agregado, em conjunto ou isoladamente, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) forem prestadas garantias suficientes em juízo, desde que a prestação de tais garantias não resulte em um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) se tal decisão judicial for suspensa por qualquer ação ou recurso judicial da Emissora, da Subsidiária em questão e/ou do Garantidor em questão, perante o juízo que determinou a condenação ou execução do título ou tribunal superior a este, e tal recurso for protocolado junto ao órgão competente dentro do prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis ou menor prazo previsto em lei;
- (l) na hipótese de alteração do Controle direto ou indireto da Emissora, das Subsidiárias Relevantes ou dos Garantidores que sejam pessoas jurídicas sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Controle" de qualquer sociedade, cumulativamente, (i) os termos estabelecidos no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, e (ii) Elizabeth Farias deter, direta ou indiretamente, participação societária igual ou superior a 70% (setenta por cento) na sociedade em questão.
- (m) resgate, amortização de ações, redução de capital ou cisão da Emissora, de Subsidiárias Relevantes e/ou de Garantidores que sejam pessoas jurídicas, exceto em caso de reduções de capital da Emissora no contexto de reorganizações societárias que não sejam vedadas por outras disposições dos Documentos do Financiamento e tenham por objeto exclusivamente a transferência de imóveis agrícolas e/ou de direitos creditórios não-operacionais atinentes a litígios da Emissora (i) para os Garantidores, (ii) para sociedade de que os Garantidores sejam titulares da totalidade do capital social (exceto, eventualmente, por uma quota ou ação, para satisfazer exigências legais) ou (iii) para fundos de investimento cujas quotas sejam integralmente detidas pelos Garantidores e/ou por entidades de que os Garantidores sejam titulares da totalidade das quotas/ações (exceto, eventualmente, por uma quota/ação, para satisfazer exigências legais) e cuja decisão de investimento ou desinvestimento em ativos e outras matérias envolvendo tais ativos seja exclusivamente de seus acionistas/quotistas, desde que, em cada caso: (a) sejam ou se tornem, concomitantemente com a transferência, fiadores solidários das Debêntures sujeitos integralmente aos termos dos Documentos do Financiamento (exceto no caso de transferência para fundo de investimento, hipótese em que deverá ser dada em alienação fiduciária em garantia desta Escritura e das demais dívidas da Emissora para os credores que se beneficiam dos Contratos de Garantia, de forma satisfatória aos Debenturistas e a tais credores, a totalidade das quotas do fundo de investimento, sendo certo que nesta hipótese, a totalidade das quotas do fundo de investimento deverá ser alienada fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, até o cumprimento integral das obrigações decorrentes das Debêntures e aos demais credores que se beneficiarem dos Contratos de Garantia até o cumprimento integral das obrigações decorrentes dos seus créditos contra a Emissora, e deverão estar sujeitas ao Contrato de Compartilhamento) e (b) não tenham ou venham a contratar qualquer Dívida (conforme abaixo definido) ou Gravame (conforme abaixo definido) sobre seus bens, exceto Dívidas ou Gravames já existentes que sejam relacionados e incidentes sobre os próprios ativos transferidos e contando ainda que, após a implementação de tal reorganização societária, o patrimônio consolidado dos Garantidores não seja inferior ao patrimônio consolidado dos Garantidores imediatamente anterior à redução do capital social ou à cisão, conforme o caso;
- (n) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição, pela Emissora ou pelos Garantidores que sejam pessoas jurídicas, incluindo à sua administração (os "Pagamentos");

Restritos”) nas seguintes hipóteses: (a) quando qualquer Evento de Inadimplemento estiver em curso, ou quando estiver em curso qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em qualquer Evento de Inadimplemento; (b) até (e incluindo) 01 de janeiro de 2016, em montantes acima de 25% do lucro líquido da Emissora, ou (c) após 01 de janeiro de 2016 (exclusive) quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Emissora estiver abaixo de 1,2x (um inteiro e dois décimos), devendo esse índice ser calculado pela Emissora e apresentado ao Agente Fiduciário em notificação específica, a qual deverá ser acompanhada das demonstrações financeiras e da memória de cálculo do referido índice, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os esclarecimentos adicionais que se façam necessários no prazo de até 5 (cinco) dias contados da notificação. Após este prazo, a Emissora estará autorizada a realizar o Pagamento Restrito, salvo rejeição justificada do Agente Fiduciário;

Para os fins desta Escritura, os termos abaixo terão os seguintes significados, tudo apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros da Emissora entregues na forma estabelecida nesta Escritura:

- “Índice de Cobertura do Serviço da Dívida” significa a relação entre (i) a Geração de Caixa Operacional e (ii) o Serviço da Dívida.
 - “Geração de Caixa Operacional” significa (conforme termos definidos abaixo) o (i) EBITDA dos Últimos 12 (doze) Meses, menos (ii) o impostos de renda e a contribuição social dos quatro últimos trimestres calendário imediatamente anteriores à data de apuração, menos (iii) a diferença entre (iii.a) o Ativo Circulante (excluindo o saldo de Caixa e Aplicações Financeiras) menos o Passivo Circulante (excluindo o saldo de Dívida), em ambos os casos referentes ao 1º (primeiro) trimestre imediatamente anterior à data de apuração, e (iii.b) o Ativo Circulante (excluindo o saldo de Caixa e Aplicações Financeiras) menos o Passivo Circulante (excluindo o saldo de Dívida), em ambos os casos referentes ao 5º (quinto) trimestre imediatamente anterior à data de apuração.
 - “Serviço da Dívida” significa o somatório da Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 (doze) Meses (conforme definido abaixo) e o montante de Dívida efetivamente pago/amortizado nos quatro últimos trimestres calendário imediatamente anteriores à data de apuração.
- (o) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (p) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, das Subsidiárias Relevantes ou dos Garantidores que sejam pessoa jurídica, que modifique substancialmente as atividades atualmente por praticadas por qualquer dessas entidades;
 - (q) não apresentação pela Emissora ao Agente Fiduciário, no prazo previsto no item (a) da Cláusula 3.6.1, de documentos comprobatórios da integral amortização dos passivos financeiros descritos no Anexo I à presente Escritura;
 - (r) não apresentação de balanços auditados por empresa regularmente registrada na CVM nos prazos máximos admitidos por aquela autarquia;
 - (s) não observância pela Emissora dos seguintes limites e índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, a serem verificados trimestralmente ao término de cada

18

trimestre do Ano Fiscal da Emissora, a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) (os "Covenants Financeiros"), acompanhados e validados pelo Agente Fiduciário, mediante o recebimento dos documentos e/ou informações previstos nos itens (a.1) e (a.2) da cláusula 8.1 abaixo, sendo certo que o Agente Fiduciário disponibilizará aos debenturistas, através de seu website www.oliveiratrust.com.br, relatório trimestral acerca do cumprimento dos referidos Covenants Financeiros:

- (1) a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 (doze) Meses da Emissora não poderá ser superior a 2,5x (dois inteiros e cinco décimos);
- (2) a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 (doze) Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 (doze) Meses da Emissora não poderá ser inferior a 2,0x (dois inteiros);
- (3) a relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante da Emissora não poderá ser inferior a 1,25x (um inteiro e vinte e cinco centésimos); e
- (4) a relação entre o Investimento dos Últimos 12 (doze) Meses e as Receitas Líquidas dos Últimos 12 (doze) Meses da Emissora não poderá ser superior a 0,30x (trinta centésimos).

Para os fins desta Escritura, os termos abaixo terão os seguintes significados, tudo apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros da Emissora e memória de cálculo entregues na forma estabelecida nesta Escritura, auditados quando previsto neste instrumento:

- "Ano Fiscal da Emissora" significa o período de 12 (doze) meses que se inicia no dia 01 de janeiro e se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano, composto por 4 (quatro) trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, que a Emissora estabeleceu como seu exercício fiscal e para o qual a Emissora elabora suas demonstrações financeiras;
- "Ativo Circulante" e "Passivo Circulante" significam os montantes de tais rubricas apurados em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros auditados e/ou com revisão limitada da Emissora;
- "Caixa e Aplicações Financeiras" significa caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro;
- "Despesa Financeira Líquida" significa (i) o somatório das despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, descontado de (ii) o somatório de receitas de aplicações financeiras. Fica desde já estabelecido que deverá ser excluído do cálculo da Despesa Financeira Líquida o resultado, positivo ou negativo, de variações cambiais passivas, inclusive sobre a Dívida e o Caixa e Aplicações Financeiras da Emissora;
- "Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 (doze) Meses" significa o somatório da Despesa Financeira Líquida consolidada dos quatro últimos trimestres calendário imediatamente anteriores à data de apuração;

- "Dívida" significa (i) o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo, mas não limitado, a empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas, bem como valores a pagar a acionistas, líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de hedge e/ou de swap, acrescida de (ii) o saldo de obrigações tributárias (incluindo aquelas oriundas de parcelamentos tributário e provisões para depósito judicial, e excluindo aquelas relativas a imposto de renda e contribuição social diferidos);
- "Dívida Líquida" significa o montante de Dívida deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras;
- "EBITDA" significa o somatório (sempre com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora): (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos de renda, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação, amortização e exaustão, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período, (v) das provisões contábeis que não tenham efeito caixa e (vi) dos valores que tenham impactado o resultado do período decorrentes de ajustes contábeis que não tenham efeito caixa oriundos da obtenção do valor justo e "impairment" de ativos imobilizados e biológicos;
- "EBITDA dos Últimos 12 (doze) Meses" significa o somatório dos EBITDAs consolidados dos quatro últimos trimestres calendário imediatamente anteriores à data de apuração;
- "Investimento" significa o montante dispendido na aquisição de bens e direitos classificados nas rubricas "Ativo Imobilizado", "Ativo Biológico", e ou "Investimentos" apurados em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros da Emissora. Fica desde já estabelecido que os montantes (A) dispendidos (i) na compra de participação acionária em terceiros, (ii) com tratos culturais dos canais, e (iii) na renovação e/ou expansão de canalial deverão ser computados no cálculo de Investimento; e (B) referentes aos ajustes contábeis que não tenham efeito caixa oriundos da obtenção do valor justo e "impairment" de ativos imobilizados e biológicos não deverão ser computados no cálculo de Investimentos;
- "Investimento dos Últimos 12 (doze) Meses" significa o somatório dos Investimentos consolidados dos quatro últimos trimestres calendário imediatamente anteriores à data de apuração;
- "Receitas Líquidas" significa o montante de tal rubrica apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros da Emissora; e
- "Receitas Líquidas dos Últimos 12 (doze) Meses" significa o somatório das Receitas Líquidas consolidadas dos quatro últimos trimestres calendário imediatamente anteriores à data de apuração.

Especificamente para as verificações dos Covenants Financeiros relativos aos trimestres findos em 31 de março de 2013, 30 de junho de 2013 e 30 de setembro de 2013, os Covenants Financeiros deverão ser calculados com base em demonstrativos financeiros pro-forma, para refletir, nos resultados da Emissora, a ocorrência da Reorganização Societária no 1º (primeiro) dia

do início do respectivo período de apuração (os “Demonstrativos Financeiros Pro-Forma Reorganização Societária”), entendendo-se por “Reorganização Societária” a reorganização societária por meio da qual, em 04 de outubro de 2012, certos ativos e passivos da Emissora foram transferidos para Delta Participações S.A..

- (t) alienação da totalidade ou parte substancial dos ativos ou propriedades da Emissora, dos Garantidores e/ou das suas Subsidiárias (independentemente de tal alienação corresponder ou não a um *sale and lease-back* ou de estar ou não relacionada com uma operação de aluguel de ativos), definindo-se como “parte substancial” ativo(s) ou propriedade(s) que representem 10% (dez por cento) ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora ou dos ativos consolidados da Emissora, ficando, desde já, autorizada qualquer transferência de caldeiras e equipamentos diretamente relacionados à geração de energia elétrica para constituição ou capitalização de sociedades de propósito específico (SPEs) que a Emissora (e/ou qualquer Subsidiária Relevante) tenha participação, sem observância do percentual acima referido, desde que sejam observadas as seguintes condições: (i) o objeto social da(s) SPE(s) seja a geração e/ou venda de energia elétrica, (ii) a transferência ou série de transferências seja em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma pessoa ou entidade que não seja uma Parte Relacionada (conforme definido a seguir); e (iii) após a transferência, as caldeiras e equipamentos permaneçam alienados fiduciariamente em favor dos Debenturistas;
- (u) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, ou por qualquer dos Garantidores, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação;
- (v) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer autoridade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial dos ativos ou propriedades da Emissora (e/ou de qualquer Subsidiária Relevante) ou na incapacidade de gestão de seus negócios, definindo-se como parte substancial ativo(s) ou propriedade(s) que representem 10% (dez por cento) ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora ou dos ativos consolidados da Emissora;
- (w) ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil Brasileiro;
- (x) não utilização, pela Emissora, dos recursos oriundos das Debêntures na forma prevista na Cláusula 3.6.1 da Escritura;
- (y) se a Emissora ou qualquer sociedade por esta controlada realizar, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em assembleia específica representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, direta ou indiretamente, qualquer operação ou série de operações (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento ou troca de bens, mas não considerando operações de concessão de empréstimos ou adiantamentos concedidos pela Emissora ou qualquer sociedade por esta controlada, as quais, conforme abaixo são vedadas) com qualquer Parte Relacionada, direta ou indiretamente, a menos que a referida operação ou série de operações seja em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma pessoa ou entidade que não seja uma Parte Relacionada. Para os fins da presente Escritura, “Parte Relacionada” significa os controladores da Emissora, qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, por tais pessoas, assim como qualquer administrador ou familiar de qualquer das pessoas aqui referidas e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou familiar de qualquer das sociedades aqui referidas. Fica desde já estabelecido que não serão permitidas operações de

concessão de créditos ou mútuos a quaisquer entidades, ou prestação de garantias reais ou fidejussórias, pela Emissora ou por qualquer sociedade por esta controlada, para qualquer Parte Relacionada em montante superior, individual ou agregado, em Reais equivalente a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares), ainda que a referida operação ou série de operações seja em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável;

- (z) concessão, pela Emissora ou qualquer sua Subsidiária, de créditos ou mútuos a quaisquer entidades, ou prestação, pela Emissora ou qualquer sua Subsidiária, de garantias fidejussórias de cumprimento de quaisquer obrigações de terceiros, incluindo a prestação de fianças ou avais para esses fins, exceto crédito, mútuo ou garantia fidejussória disponibilizado ou prestada, conforme o caso, a fornecedores ou clientes no curso ordinário dos negócios da Emissora em um montante em Reais não superior, de forma individual ou agregada, a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- (aa) se for constituída ou prestada qualquer garantia, *security interest*, cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia ("Gravames") sobre bens da Emissora, de qualquer Subsidiária ou de qualquer Garantidor, exceto por Gravames constituídos nos termos dos Documentos do Financiamento e pelos seguintes Gravames (os "Gravames Permitidos"):

(1) qualquer Gravame relacionado a processos judiciais que tenham sido movidos em tribunal competente e que estejam sendo contestados em boa fé e cujo valor do bem gravado seja inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e desde que a execução de tal garantia ou excussão do Gravame não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;

(2) qualquer Gravame relacionado a impostos e outros encargos ou tributos governamentais, cujo pagamento ainda não esteja vencido ou esteja sendo contestado em boa fé mediante processos adequados prontamente movidos e diligentemente conduzidos e cujo valor do bem gravado seja inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e desde que a execução de tal garantia ou excussão do Gravame não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;

(3) qualquer Gravame decorrente da força da lei cujo valor do bem gravado seja inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e desde que a execução de tal garantia ou excussão do Gravame não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;

(4) renovações, prorrogações ou substituições das garantias constituídas por Gravames existentes nesta data, desde que, cumulativamente, (a) as condições de tais renovações, prorrogações ou substituições sejam iguais ou *pari passu* com as dos Gravames existentes nesta data e que o principal de dívida garantido pelos novos Gravames não seja aumentado e (b) tais renovações, prorrogações ou substituições não se estendam a propriedade diferente daquela sobre a qual incidem os Gravames objeto de renovações, prorrogações ou substituições;

(5) qualquer Gravame constituído em garantia de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB ou Agências de Fomento (conforme definidas na Resolução n. 2.828 do Conselho Monetário Nacional, de 30 de março de 2001), com a finalidade de financiamento de investimento em ativo permanente da Emissora ou de qualquer Subsidiária;

(6) Gravames sobre cana-de-açúcar constituído pela Emissora com a finalidade de obtenção de financiamento da modalidade custeio agrícola com prazo não superior à 18 (dezoito) meses ("Cana Custeio Agrícola");

(7) os Gravames existentes ou outorgados nesta data;

(8) qualquer Gravame que represente individual ou conjuntamente até 10% (dez por cento) dos Ativos Livres (conforme definido a seguir) da Emissora, de qualquer Subsidiária ou de qualquer Garantidor, conforme o caso. Para fins da presente Escritura, "Ativos Livres" significa os ativos livres de Gravame na Data de Emissão, detidos pela Emissora, por qualquer Subsidiária ou por qualquer dos Garantidores, conforme aplicável, não computando-se para estes fins os ativos que venham a ser dados em garantia no contexto dos Documentos do Financiamento;

(9) qualquer Gravame sobre, ou alienação ou transferência de, produtos em estoque, incluindo, mas não se limitando a etanol, açúcar e mel;

(10) qualquer Gravame sobre, alienação ou transferência de, subprodutos de cana-de-açúcar ou do processo produtivo utilizado pelas usinas pertencentes ao grupo econômico da Emissora, incluindo, mas não se limitando a bagaço, palha, vapor, energia e vinhaça, que excedam a quantidade necessária para o funcionamento regular das referidas usinas, incluindo, conforme aplicável, das sociedades afiliadas à Emissora ou pertencentes ao grupo econômico desta, que sejam dedicadas a geração e/ou venda de energia elétrica;

(11) Gravames a serem constituídos em favor do Banco do Nordeste do Brasil – BNB em garantia de crédito a ser concedido por esta instituição à Emissora em até 12 (doze) meses da Data de Emissão, em valor até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) e com cronograma de pagamento de principal substancialmente similar ao das Debêntures ("Gravames BNB");

(12) penhores ou depósitos feitos no curso ordinário dos negócios em conexão com compensações a trabalhadores, seguro de desemprego ou com outra legislação previdenciária semelhante;

(13) quaisquer Gravames sobre imóveis garantindo Dívida incorrida para o fim único de financiar na totalidade ou em parte os custos de aquisição, construção ou desenvolvimento de tal imóveis;

(14) depósitos para garantir cumprimento de propostas em leilões, contratos comerciais, aluguéis, obrigações legais, garantias de cumprimento e outras obrigações de natureza semelhante no valor global em reais equivalente a até US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares), em qualquer caso no curso ordinário dos negócios; e

(15) servidões de uso e direitos de passagem relativos a imóveis da Emissora, impostos pela lei aplicável ou criados no curso ordinário dos negócios, que não garantam quaisquer obrigações pecuniárias e que não desvalorizem de forma relevante o imóvel afetado ou interfiram no curso ordinário dos negócios da Emissora ou de qualquer Garantidor.

Fica desde já certo e acordado que a definição de "Gravames Permitidos" não incluirá quaisquer Gravames sobre terras, cana-de-açúcar ou palha de cobertura empregadas, direta ou indiretamente, pela Emissora, por qualquer Subsidiária ou qualquer dos Garantidores, por meio de propriedade direta, contrato de arrendamento ou qualquer contrato comercial, nas operações das unidades produtoras da Emissora localizadas na Fazenda São João, s/n.º, zona rural, São Miguel dos Campos/AL (UNIDADE CAETÉ) e Fazenda Vilarinho, s/n.º, zona rural, Igreja Nova/AL

(UNIDADE MARITUBA) exceto a Cana Custeio Agrícola, os Gravames existentes nesta data e os Gravames BNB. Para efeitos deste parágrafo, "palha de cobertura" significa a quantidade de palha correspondente a 30% (trinta por cento) de toda a palha remanescente da colheita de cana de açúcar, que seja necessária para cobrir a terra para fins de proteger essa terra, de acordo com a prática agrícola habitual.

- (bb) alteração do exercício fiscal da Emissora;
- (cc) se qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora tornar-se uma Subsidiária Relevante (conforme definido a seguir), sem que a Emissora e os Garantidores firmem aditamento aos Documentos do Financiamento de forma a incluir tal sociedade como fiadora das Debêntures de forma solidária aos atuais Garantidores, passando a referida sociedade a integrar a definição de "Garantidores" aqui prevista, em até 120 (cento e vinte) dias contados da data em que referida sociedade se torne uma Subsidiária Relevante. Para os fins da presente Escritura, "Subsidiária" significa qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e "Subsidiária Relevante" significa qualquer Subsidiária (i) cujos ativos constituam, de acordo com as últimas demonstrações financeiras trimestrais da Emissora, pelo menos 10% (dez por cento) do total de ativos da Emissora em bases consolidadas; ou (ii) cuja receita bruta para o período de 12 (doze) meses a contar da data de encerramento das últimas demonstrações financeiras trimestrais da Emissora constituam pelo menos 10% (dez por cento) da receita bruta da Emissora para o mesmo período e em bases consolidadas;
- (dd) revogação, cancelamento, suspensão ou perda de validade ou eficácia de qualquer registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório ("Aprovações"), exigidos (i) para a validade ou exequibilidade das Debêntures ou de qualquer dos Documentos do Financiamento; ou (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures ou de qualquer Documento do Financiamento, em qualquer caso que possa ter um Efeito Adverso Relevante e desde que não seja assegurada a validade e eficácia plenas da Aprovação em causa em um período de 30 (trinta) dias contados da data da revogação, cancelamento, suspensão ou perda de validade ou eficácia; ou
- (ee) não alteração das datas e percentuais dos cronogramas de amortização do principal e pagamento de juros remuneratórios devidos pela Emissora nos termos e conforme previsto na Cláusula 4.1 (b) do PPE, de modo a refletirem identicamente as datas e percentuais constantes das Amortizações Programadas e das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios, e/ou não verificação de qualquer das condições indicadas nos itens (i) a (iv) da referida Cláusula 4.1 (b) do PPE.

6.1.1. Define-se para fins desta Escritura:

(i) "PPE" como o Export Prepayment Agreement No. CSBBR20130600006 firmado nesta data pela Emissora, pelos Garantidores, pelo Agente de Garantias, pelo Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited e pelo Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.;

(ii) "Valor Unitário de Mercado das Debêntures da Primeira Série" como o somatório de (a) o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série; (b) a Remuneração da Primeira Série e demais encargos devidos e não pagos, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série, até a data da liquidação antecipada, conforme o caso; e (c) a título indenizatório, mas sem prejuízo do pagamento dos valores descritos em "(a)" e "(b)" deste item (ii) e de outros montantes devidos e não pagos nos termos dos Documentos do Financiamento,

a Remuneração da Primeira Série e demais encargos que seriam devidos pela Emissora entre a data da liquidação antecipada e a Data de Vencimento caso o vencimento antecipado não ocorresse, calculados com base em parâmetros de mercado então vigentes, trazidos a valor presente na data da liquidação antecipada por uma taxa de desconto equivalente a 100% (cem por cento) das taxas equivalentes aos contratos futuros de taxa média de depósitos interfinanceiros negociadas no âmbito da BM&FBOVESPA ("DII") para prazos equivalentes aos prazos de cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (sendo certo que para os pagamentos que ocorram em datas em que não haja vencimento de taxa DII correspondente, o referido cálculo será efetuado a partir da interpolação de taxas DII existentes), conforme cálculo a ser efetuado pela Emissora e confirmado pelo Agente Fiduciário, devendo esse cálculo ser evidenciado em planilha demonstrativa e, salvo manifesto erro devidamente comprovado, o mesmo cálculo será vinculante e definitivo; e

(iii) "Valor Unitário de Mercado das Debêntures da Segunda Série" como o somatório de (a) o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série; (b) a Remuneração da Segunda Série e demais encargos devidos e não pagos, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração da Segunda Série, até a data da liquidação antecipada, conforme o caso; e (c) a título indenizatório, mas sem prejuízo do pagamento dos valores descritos em "(a)" e "(b)" deste item (iii) e de outros montantes devidos e não pagos nos termos dos Documentos do Financiamento, a Remuneração da Segunda Série e demais encargos que seriam devidos pela Emissora entre a data da liquidação antecipada e a Data de Vencimento caso o vencimento antecipado não ocorresse, calculados com base em parâmetros de mercado então vigentes, trazidos a valor presente na data da liquidação antecipada por uma taxa de desconto equivalente a 100% (cem por cento) das taxas DII para prazos equivalentes aos prazos de cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (sendo certo que (i) para os pagamentos que ocorram em datas em que não haja vencimento de taxa DII correspondente, o referido cálculo será efetuado a partir da interpolação de taxas DII existentes, (ii) caso não se possa observar taxas futuras para a TJLP para os prazos de cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, considerar-se-á um percentual da taxa DII correspondente para prazos equivalentes aos prazos de cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme cálculo a ser efetuado pelos titulares das Debêntures da Segunda Série e evidenciado em planilha demonstrativa a título indicativo, conforme aprovado por 100% (cem por cento) dos titulares das Debêntures da Segunda Série (a "Totalidade dos Debenturistas da Segunda Série"), de acordo com procedimento estabelecido no final deste item (iii), devendo a referida planilha ser enviada à Emissora. A Emissora deverá se manifestar em relação ao referido cálculo das taxas futuras para a TJLP no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após encaminhamento da planilha pelos titulares das Debêntures da Segunda Série sendo certo que (ii.a) caso a Emissora se manifeste positivamente, as taxas futuras para a TJLP serão definidas entre Emissora e a Totalidade dos Debenturistas da Segunda Série (conforme procedimento estabelecido no final deste item (iii)) na data da liquidação antecipada e serão vinculantes e definitivas; (ii.b) caso a Emissora se manifeste negativamente em relação ao referido cálculo das taxas futuras para a TJLP, então os titulares das Debêntures da Segunda Série deverão obter estimativas para as taxas futuras para a TJLP aplicáveis junto a 3 (três) instituições financeiras de primeira linha escolhidas dentre as 10 (dez) maiores instituições financeiras domiciliadas no Brasil por patrimônio líquido, a critério dos titulares das Debêntures da Segunda Série, taxas essas que terão caráter indicativo e deverão ser apresentadas à Emissora. A Emissora deverá se manifestar no prazo de até 3 (três) Dias Úteis do encaminhamento das referidas estimativas, optando por uma das estimativas encaminhadas, sendo certo que caso a Emissora se manifeste positivamente sobre a instituição financeira escolhida, as taxas futuras para a TJLP serão definidas entre Emissora e a Totalidade dos Debenturistas da Segunda Série (conforme procedimento estabelecido no final deste item (iii)) na data da liquidação antecipada e serão vinculantes e definitivas; e (ii.c) caso a Emissora não se manifeste em qualquer um dos referidos prazos mencionados acima (itens ii e ii.b), ou manifeste-se contrariamente às taxas futuras para a TJLP das 3 (três) opções apresentadas acima, serão consideradas as taxas definidas pela Totalidade dos Debenturistas da Segunda Série (conforme procedimento estabelecido a seguir neste item (iii)) na data da liquidação antecipada, as quais serão vinculantes e definitivas. As

decisões da Totalidade dos Debenturistas da Segunda Série previstas acima neste item (iii) serão tomadas em assembleia geral ou, alternativamente, conforme transmitido formalmente por escrito pela Totalidade dos Debenturistas da Segunda Série ao Agente Fiduciário.

6.2. A ocorrência de quaisquer eventos indicados nas alíneas (c), (d), (e) e (o) da Cláusula 6.1 acima, os quais deverão ser imediatamente informados ao Agente Fiduciário pela Emissora, pelas Subsidiárias Relevantes ou pelos Garantidores, conforme o caso, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos titulares das Debêntures, aviso ou notificação judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.3. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados na Cláusula 6.1 acima, exceto os citados na Cláusula 6.2, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos (independentemente do recebimento da comunicação prevista na Cláusula 6.3.2 abaixo), Assembleia Geral de Debenturistas, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Décima e o quórum estabelecido na Cláusula 6.3.1.

6.3.1. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 6.3 acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou, no caso específico do item (u) da Cláusula 6.1, Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.3.2. A Emissora e/ou os Garantidores deverão comunicar o Agente Fiduciário, imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de um Evento de Inadimplemento (após passado seu prazo de cura eventualmente aplicável) previsto na Cláusula 6.1 acima.

CLÁUSULA SÉTIMA GARANTIAS

7.1. As Debêntures são garantidas por fiança, outorgada neste ato por Elizabeth Farias, Fernando Farias e Lagense, qualificados no preâmbulo desta Escritura, de forma solidária entre si, relativa à totalidade dos montantes devidos pela Emissora nesta Escritura, incluindo o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, de multas, encargos moratórios e outras despesas reembolsáveis nos termos desta Escritura ("Fiança"), por meio da qual os Garantidores se obrigam, ainda, como principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora, de tais valores. O valor garantido pela Fiança será pago por qualquer dos Garantidores, ou por todos, em até 5 (cinco) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário. Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil Brasileiro. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Garantidores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas. Os Garantidores obrigam-se a somente exigir valores eventualmente desembolsados em razão da Fiança da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o valor garantido pela Fiança. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida e vigente em todos os seus termos até a data do cumprimento integral das obrigações afiançadas, reconhecendo as Garantidoras, de forma expressa e inequívoca, não ter aplicação o disposto no artigo 835 do Código Civil;

7.1.1 Elizabeth Farias e Fernando Farias outorgam, reciprocamente e para todos os fins, inclusive os previstos no artigo 1.647, inciso III do Código Civil Brasileiro, autorização para a prestação da Fiança por cada um deles.

7.2 As Debêntures serão ainda garantidas pelas seguintes garantias:

- (a) nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Agente de Garantia nesta data ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Domésticos"), cessão fiduciária em garantia dos direitos creditórios decorrentes das vendas realizadas, direta ou indiretamente, pela Emissora, no contexto dos contratos domésticos de comercialização de etanol e açúcar elegíveis, nos termos desse documento ("Direitos Creditórios Domésticos" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Domésticos");
- (b) nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Decorrentes de Conta Vinculada e Outras Avenças firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Agente de Garantia, o Banco de Credit Suisse (Brasil) S.A. e Credit Suisse (Brazil) Bahamas Limited nesta data ("Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada no Brasil"), cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora relativos a uma conta corrente de depósito de sua titularidade mantida junto ao e dos ativos financeiros nela creditados e investidos, na qual os montantes relativos à integralização das Debêntures e aos Direitos Creditórios Domésticos serão depositados ("Cessão Fiduciária de Conta Vinculada no Brasil");
- (c) nos termos (i) do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Imóveis e Outras Avenças firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Agente de Garantia nesta data ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis"), alienação fiduciária sobre imóveis e benfeitorias referidos em tal contrato, de titularidade da Emissora e localizados no Estado de Alagoas ("Alienação Fiduciária de Imóveis"); (ii) dos Contratos de Alienação Fiduciária em Garantia de Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças firmados entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Agente de Garantia nesta data ("Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva"), alienação fiduciária sob condição suspensiva sobre imóveis e benfeitorias referidos em tais contratos, de titularidade da Emissora e localizados no Estado de Alagoas ("Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva"); (iii) do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Equipamentos e Outras Avenças firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Agente de Garantia e o Fiel Depositário (conforme ali definido) nesta data ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"), alienação fiduciária sobre máquinas e equipamentos referidos em tal contrato, de titularidade da Emissora ("Alienação Fiduciária de Equipamentos"); e (iv) do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Equipamentos Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Agente de Garantia e o Fiel Depositário (conforme ali definido) nesta data ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos Sob Condição Suspensiva"), alienação fiduciária sob condição suspensiva sobre máquinas e equipamentos referidos em tal contrato, de titularidade da Emissora e localizados no Estado de Alagoas ("Alienação Fiduciária de Equipamentos Sob Condição Suspensiva") e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóveis, com a Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva e com a Alienação Fiduciária de Equipamentos, "Alienação Fiduciária de Imóveis e Equipamentos";
- (d) nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Certificados de Depósito Bancário em Garantia e Outras Avenças, a ser firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Agente de Garantia e o Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., cessão fiduciária sobre a conta de titularidade da Emissora e dos certificados de depósito bancário e todos e quaisquer direitos creditórios existentes ou que venham a se constituir no futuro decorrentes de tais ativos, incluindo, mas sem limitações, recursos, direitos, rendimentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados, presentes ou futuros ("Cessão Fiduciária de CDBs");

(e) nos termos do *Security Agreement* firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Agente de Garantia, garantia sobre recebíveis de exportação decorrentes das vendas realizadas, direta ou indiretamente, pela Caeté, no contexto dos contratos de comercialização de etanol e açúcar para exportação com contrapartes importadoras elegíveis, nos termos desse documento ("Direitos Creditórios Exclusivos de Exportação"); e

(f) nos termos do *Pledge Agreement* firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Agente de Garantia e o Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, garantia sobre a conta de titularidade da Emissora e sobre os ativos financeiros nela creditados e investidos ("Conta Vinculada no Exterior"), mantida no Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, na qual os montantes relativos aos recebíveis de exportação, referidos no item (e) acima, serão depositados.

7.3 A Emissora e o Agente Fiduciário constituem e nomeiam como Agente de Garantias, Oliveira Trust Servicer S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita tal nomeação. O Agente de Garantia atuará, em benefício dos titulares das Debêntures, no controle e administração das garantias descritas acima, de acordo com os termos e condições previstos em cada um dos respectivos instrumentos.

7.4 Todas as garantias referidas na Cláusula 7.2 acima, a serem constituídas em favor das Debêntures, bem como as fianças prestadas nos termos da Cláusula 7.1 acima (tais garantias e fianças, conjuntamente, as "Garantias") serão compartilhadas com os credores da Emissora em razão do PPE ("Credores PPE"), de acordo com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato entre Credores, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças firmado nesta data pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante e no interesse dos Debenturistas e pelo Agente de Garantia, na qualidade de representante e no interesse dos credores do PPE, nos termos do Anexo II desta Escritura de Emissão ("Contrato de Compartilhamento"), e estarão sujeitas às limitações de execução e de recebimento de valores ali estabelecidas. Em caso de conflito entre as disposições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Compartilhamento para fins exclusivos da relação dos Debenturistas com os credores do PPE, o Contrato de Compartilhamento deverá prevalecer.

7.4.1 Em caso de excussão das Garantias, os valores recebidos pelos Debenturistas, pelos Credores PPE e/ou pelos Agentes dos Credores dos Financiamentos (tal como definidos no Contrato de Compartilhamento) serão por eles aplicados no pagamento de suas respectivas dívidas que compõem as presentes Debêntures e o PPE, de acordo com a seguinte ordem: (i) pagamento de valores relativos aos procedimentos de excussão das Garantias; (ii) pagamento de quaisquer tributos devidos nos termos da presente Escritura, do PPE e/ou dos Contratos de Garantia; (iii) pagamento dos encargos devidos em decorrência de atraso no pagamento de principal e/ou juros remuneratórios; (iv) pagamento dos juros remuneratórios e demais encargos e comissões; e (v) pagamento do principal.

7.5. O não exercício pelo Agente Fiduciário de seus direitos de execução ou excussão das Garantias acima listadas dependerá de prévia orientação de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares de Debêntures em Circulação nesse sentido, na forma prevista nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da observância dos termos do Contrato de Compartilhamento. Caso os titulares das Debêntures em Circulação representando 75% (setenta e cinco por cento) deliberem pela não execução ou excussão das Garantias, o Agente Fiduciário deverá transmitir tal deliberação para efeitos da decisão quanto à execução ou excussão das garantias no âmbito do Contrato de Compartilhamento, conforme o quórum de deliberação definido em tal contrato.

CLÁUSULA OITAVA
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e completas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, auditada por uma Empresa Elegível, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes emitido por uma Empresa Elegível e da memória de cálculo dos Covenants Financeiros, indicando as rubricas contábeis necessárias para seu cálculo e (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras. Para fins desta Escritura, “Empresa Elegível” significa qualquer uma das seguintes empresas e/ou de suas afiliadas: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S e Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes;

(a.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício fiscal, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao respectivo trimestre, não auditadas, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e da memória de cálculo dos Covenants Financeiros, indicando as rubricas contábeis necessárias para seu cálculo, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(a.3) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término dos trimestres findos em 31 de março de 2013, 30 de junho de 2013 e 30 de setembro de 2013, entregar, juntamente com os documentos e informações referidos no item (a.2) acima, os Demonstrativos Financeiros Pro-Forma Reorganização Societária, bem como a memória de cálculo para os Covenants Financeiros com base em tais Demonstrativos Financeiros Pro-Forma Reorganização Societária, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(a.4) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas dos Garantidores que sejam pessoas jurídicas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(a.5) os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas das assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que forem publicadas;

(a.6) em até 3 (três) Dias Úteis da solicitação por escrito, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, observados os termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de dezembro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”);

- (a.7) concomitantemente à sua publicação ao mercado, fato relevante publicado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 358;
- (a.8) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (a.9) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento; e
- (a.10) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, imediatamente após a sua verificação, acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, informações estas que em nenhum caso poderão ser enviadas após o decurso de eventual prazo de cura estabelecido nos Eventos de Vencimento Antecipado, situação na qual seguir-se-ão os procedimentos descritos no caput da Cláusula 6.1.
- (b) comunicar, em até 1 (um) Dia Útil após expirado o respectivo período de cura, conforme e se aplicável, à CVM e ao Agente Fiduciário: (b.1) qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas ou de qualquer Evento de Inadimplemento, (b.2) a ocorrência de qualquer evento ou situação do qual venha a ter conhecimento e que possa afetar negativamente sua capacidade de honrar com as obrigações assumidas, no todo ou em parte, perante os Debenturistas e (b.3) a ocorrência de qualquer outro evento que, a critério da Emissora, possa trazer prejuízo aos Debenturistas.
- (c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (d) convocar, nos termos das Cláusulas 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (f) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente por empresas de seu setor de atuação;
- (g) manter, ou fazer com que sejam mantidas, válidas e regulares as licenças, ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao regular funcionamento da Emissora;
- (h) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (i) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (i) cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto aquelas que estão sendo questionadas de boa fé nas

esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não resulte em um Efeito Adverso Relevante;

(j) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (a) o Banco Liquidante o Escriturador Mandatário; (b) o Agente Fiduciário; (c) o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP 21); e (d) uma agência de classificação de risco, de entre Standard & Poor's Financial Services LLC, Fitch Ratings Brasil Ltda., Moody's América Latina Ltda. e/ou suas respectivas afiliadas ("Agência") para estabelecimento de classificação de risco pública ("Rating") da Emissora ou da Emissão no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da Data da Emissão, devendo ainda a Emissora: (d.1) prestar à Agência, de forma anual até a Data de Vencimento, toda a informação necessária para que esta prepare anualmente relatórios de classificação de risco sobre a Emissora; (d.2) entregar ao Agente Fiduciário os referidos relatórios de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora da Agência; e (d.3) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e/ou o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco da Emissora; e

(k) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:

(k.1) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

(k.2) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria referidas no item (i.1) acima por auditor registrado na CVM;

(k.3) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, na página da rede mundial de computadores (<http://www.carloslyra.com.br/estatico/refinanceiro/>), dentro de até 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

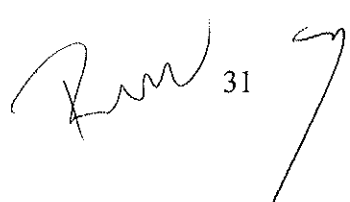
(k.4) manter os documentos mencionados no item (i.3) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

(k.5) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

(k.6) divulgar, na página da rede mundial de computadores (<http://www.carloslyra.com.br/estatico/refinanceiro/>), a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando este fato imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário, conforme dados de contato dos Coordenadores constantes do Contrato de Colocação e dados de contato do Agente Fiduciário na presente Escritura; e

(k.7) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;

8.2. O descumprimento, pela Emissora, dos deveres de informação previstos nesta Escritura não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercerem seus poderes, faculdades e pretensões previstos na presente Escritura de Emissão e nos restantes Documentos do Financiamento, inclusive o direito de declarar o vencimento antecipado de obrigações.

 31

CLÁUSULA NONA AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter nenhum impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer a atividade de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anterior assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (i) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, e está ciente e de acordo com as informações prestadas pela Emissora na Data de Emissão.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, em todos os casos aplicáveis ao Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Caso a convocação não ocorra em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora

efetuá-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo a sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo tal aditamento ser arquivado na Junta Comercial do Estado de Alagoas e nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até cumprimento de todas as obrigações decorrentes das Debêntures ou até a sua efetiva substituição.

9.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamento, sanando lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação de informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou incorreções constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das localidades onde se situam os imóveis a serem dados em garantia nos termos da Cláusula Sétima;

(i) solicitar, quando considerado necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser realizada por escrito de forma que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;

(j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.15 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório anual aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

(l.3) comentários sobre demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

(l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(l.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(l.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção e cumprimento dos Covenants Financeiros;

(l.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(l.8) pagamentos de Remuneração, amortizações de Debêntures, bem como aquisições e vendas de debêntures realizados no período;

(l.9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e

(l.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões previstos

na alínea "k" do inciso XVII do artigo 12 da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

(m) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (l) da Cláusula 9.4.1 aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora

(m.1) na sede da Emissora;

(m.2) no seu escritório;

(m.3) na CVM; e

(m.4) na sede do Coordenador Líder;

(n) publicar, às expensas da Emissora, no órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.15 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (m) desta Cláusula 9.4.1;

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, diligências junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP;

(p) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

(r) calcular trimestralmente a manutenção dos Covenants Financeiros e informar imediatamente aos Debenturistas qualquer descumprimento dos referidos Covenants Financeiros, bem como informar seu cumprimento no seu relatório anual;

(s) informar os Debenturistas sobre qualquer comunicação e/ou notificação que lhe tenha sido feita pela Emissora, cujo conteúdo seja de interesse dos Debenturistas;

(t) verificar a regularidade da constituição das garantias a serem constituídas nos termos da Cláusula Sétima, bem como valor dos bens dados em garantia, verificando também a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;

(u) divulgar as informações referidas na alínea (l.10) desta Cláusula 9.4.1 em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e

(v) apurar os Covenants Financeiros conforme previsto nesta Escritura.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo através da execução das garantias previstas na Cláusula Sétima, aplicando o produto de tal execução conforme estabelecido nos Contratos de Garantia;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação ou liquidação extrajudicial da Emissora;
- (e) cobrar o pagamento e o fiel cumprimento da Fiança, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão, aplicando o respectivo produto no pagamentos dos valores descritos na Cláusula 7.1;
- (f) representar os Debenturistas junto ao Agente de Garantias; e
- (g) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito desta Escritura de Emissão.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Será devido ao Agente Fiduciário pela Emissora remuneração pelo desempenho dos devedores e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondente a R\$3.000,00 (três mil reais) mensais sendo devida a primeira parcela mensal 05 (cinco) dias da data de assinatura desta Escritura e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes, até a liquidação integral das debêntures ou até o cumprimento de todas as obrigações nela decorrentes, o que ocorrer por último.

9.6.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.3 Será devido ao Agente de Garantia pela Emissora a título de remuneração pela prestação de serviços de Agente de Garantia, parcela única de implantação de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo devida 5 (cinco) dias após a assinatura da presente Escritura. Ainda, serão pela Emissora parcelas mensais de R\$3.000,00 (três mil reais), sendo devida a primeira parcela mensal 30 (trinta) dias após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes, até o vencimento da presente Emissão ou até o cumprimento de todas as obrigações dela decorrentes, o que ocorrer por último.

9.6.4 No caso de inadimplemento de qualquer das condições originalmente acordadas, após a assinatura dos documentos da presente Emissão, e, ainda, caso se faça necessária a participação do Agente Fiduciário ou do Agente de Garantia, conforme o caso, em eventos extraordinários, tais como, reuniões e/ou conferências telefônicas em face do inadimplemento de qualquer das condições ordinárias e em face de eventos extraordinários, serão devidas ao Agente Fiduciário ou Agente de Garantia, adicionalmente ao itens 9.6.1 a 9.6.3 acima, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a (i) elaboração de notificações extrajudiciais, comparecimento em reuniões formais, sejam elas realizadas presencialmente e/ou por meio de conferências telefônicas com a Emissora e/ou com qualquer uma das partes interessadas da operação, individualmente ou em conjunto; (ii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, bem como os demais ajustes na estrutura e/ou documentos da operação; (iii) providências adicionais para regularização dos documentos da operação; e (iv) elaboração

do relatório trimestral de acompanhamento dos Covenants Financeiros, sendo devida 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário ou pelo Agente de Garantia, conforme o caso, de "relatório de horas" à Emissora.

9.6.5 No caso de celebração de eventuais aditamentos aos documentos da operação, em que, de alguma forma, envolva o Agente Fiduciário ou o Agente de Garantia fazendo-se necessária a sua análise e/ou revisão, serão devidas ao Agente Fiduciário ou ao Agente de Garantia, conforme o caso, adicionalmente aos itens acima, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado aos eventuais aditamentos, sendo devida 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário ou pelo Agente de Garantia, conforme o caso, de "relatório de horas" à Emissora.

9.6.6 Os impostos vigentes à época do pagamento serão acrescidos sobre os valores dos itens acima mencionados.

9.6.7. A remuneração devida ao Agente Fiduciário e ao Agente de Garantia nos termos das Cláusulas acima será atualizada com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.

9.6.8. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada pro rata temporis, desde a data da efetiva substituição até a data em que os serviços respectivos encontravam-se quitados, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

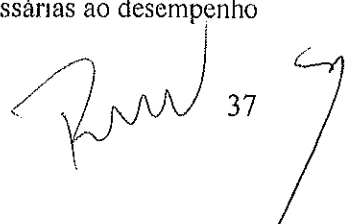
9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.7.3. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;

 37

(c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário ou o Agente de Garantia, decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e do Agente de Garantia e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

9.7.5 Não estão incluídas na remuneração descrita acima as despesas com viagens, estadias, transporte e publicações necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário ou do Agente de Garantia, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente e serão arcadas pela Emissora as despesas com especialistas, tais como auditoria das garantias constituídas em relação às Debêntures e assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou ao Agente de Garantia, em caso de inadimplemento das Debêntures.

CLÁUSULA DÉCIMA

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia, 8 (oito) dias, contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e vincularão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.1.5 Às pessoas listadas na Cláusula 10.2.2 abaixo é facultado o comparecimento nas Assembleias Gerais de Debenturistas, não sendo tais pessoas, porém, titulares de direito de voto. Qualquer voto ou manifestação similar proferida pelas pessoas listadas na Cláusula 10.2.2 abaixo será nula e ineficaz.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.2.2. Para fins da presente Escritura, incluindo para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas nela previstos, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas (a) Debêntures que tenham sido eventualmente resgatadas e/ou liquidadas; (b) Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria ou que forem, de sua titularidade a qualquer título; (c) Debêntures que sejam de titularidade de controladas, controladoras ou coligadas (diretas ou indiretas) da Emissora ou que sejam de titularidade de empresas que, de qualquer forma, estejam sob o controle comum (direto ou indireto) da Emissora; (d) Debêntures que sejam de titularidade de parentes ou consanguíneos de até 3º grau de Garantidores que sejam pessoas físicas ou de administradores ou sócios da Emissora, Subsidiárias Relevantes, Garantidores ou de qualquer das pessoas anteriormente mencionadas; ou (e) Debêntures que sejam de titularidade de pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.2. Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 10.3.1. acima:

- (a) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e
- (b) as seguintes alterações nas características das Debêntures e nas garantias previstas nesta Escritura e deliberações que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação: (i) alterações na redação dos Eventos de Inadimplemento; (ii) alterações de prazos, valor, espécie ou forma das Debêntures; (iii) redução da Remuneração ou alteração na sua forma de apuração; (iv) criação de evento de repactuação, resgate antecipado ou amortização extraordinária; (v) alteração dos termos e condições da Fiança que restrinjam as obrigações assumidas pelos Garantidores; (vi) substituição ou liberação das garantias constituídas em relação às Debêntures; (vii) alteração nos contratos ou instrumentos relativos às garantias constituídas em favor das Debêntures que restrinjam ou prejudiquem os direitos dos Debenturistas sobre tais garantias; e (viii) orientações ao Agente Fiduciário ou ao Agente de Garantia no tocante a procedimentos a serem observados com relação ao Contrato de Compartilhamento.

10.3.3. As alterações dos quóruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

11.1. A Emissora e os Garantidores declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura e na Data de Integralização das Debêntures, que, cada um deles:

- (a) está devidamente autorizada(o) a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto as especificadas na Cláusula Segunda.
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial consoante o Código de Processo Civil Brasileiro, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973;
- (e) as pessoas que a(o) representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (f) são sociedades por ações devidamente constituídas, organizada e existente de acordo com as leis brasileiras e, no caso dos Garantidores pessoas físicas, possuem plena capacidade para praticar os atos da vida civil;
- (g) não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário ou com o Agente de Garantias que impeça o Agente Fiduciário ou o Agente de Garantias, conforme aplicável, de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (h) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário ou o Agente de Garantias de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (i) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (k) as suas demonstrações financeiras, datadas de 31 de dezembro de 2012, representam corretamente a sua posição patrimonial e financeira e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil;

(l) possuem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas; e

(m) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das suas atividades.

11.2. A Emissora e os Garantidores se comprometem a notificar, cada uma com relação a si próprio, em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas ou incorretas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Contrato de Compartilhamento

12.1.1. Em adição e sem prejuízo do previsto na Cláusula 7.4 acima, serão compartilhados entre os Debenturistas e os credores do PPE, nos termos do Contrato de Compartilhamento, qualquer quantia, bem, direito ou outro benefício que venha a ser pago pela Emissora ou pelos Garantidores em decorrência de execução de garantias em relação às Debêntures e/ou ao PPE, nos seus cursos programados de pagamentos, em decorrência de um eventual resgate antecipado obrigatório, em caso de vencimento antecipado das Debêntures e/ou do PPE ou em decorrência da excussão de qualquer garantia atrelada às Debêntures e/ou ao PPE. Caso qualquer Debenturista receba qualquer quantia bem, direito e/ou outro benefício relacionado às Debêntures em desacordo com os termos e condições do Contrato de Compartilhamento deverá fazê-lo em caráter segregado do seu patrimônio, obrigando-se a entregar imediatamente ao Agente Fiduciário tal quantia recebida para que a ela seja dada a destinação prevista no Contrato de Compartilhamento. A execução das garantias constituídas em relação às Debêntures pelos Debenturistas deverá ser realizada pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

12.2. Comunicações

12.2.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Pares nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

USINA CAETÉ S.A.

Rua Barão de Jaraguá, nº. 47, Jaraguá

Maceió, AL – CEP: 57022-140

At.: Maria Irene Sibaldo Leite

Telefone: 82-32142208

Correio eletrônico: irenel@gclnet.com.br

Para o Agente Fiduciário ou o Agente de Garantia:

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A. ou OLIVEIRA TRUST SERVICER S.A., conforme o caso
Avenida das Américas, nº. 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ – CEP: 22640-100

At.: Gustavo Dezouart

Telefone: (21) 3514-0000

Correio eletrônico: agente@oliveiratrust.com.br, scc@oliveiratrust.com.br

Para os Garantidores:

ELIZABETH ANNE LYRA LOPES DE FARIAS E/OU FERNANDO LOPES DE FARIAS

Avenida Álvaro Otacílio, n.º 2.727, 7º andar

Maceió, AL – CEP: 57035-180

Telefone: 82-32142208

Correio eletrônico: irenel@gclnet.com.br

LAGENSE S.A. – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES

Rua Barão de Jaraguá, n.º 47, Jaraguá

Maceió, AL – CEP: 57022-140

At. Maria Irene Sibaldo Leite

Telefone: 82-32142208---]

Correio eletrônico: irenel@gclnet.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 7º andar

São Paulo, SP – CEP: 04.344-902

At.: Sra. Cláudia Aparecida Germano Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar

São Paulo, SP – CEP: 04.538-132

At.: Sra. Cláudia Aparecida Germano Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano

São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

12.2.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por correio eletrônico ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.3. Renúncia

12.3.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário, ao Agente de Garantias e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou dos Garantidores prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e pelos Garantidores nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.4. Custos de Registro

12.4.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, dos Contratos de Garantia e seus eventuais aditamentos, bem como dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade da Emissora.

12.5. Lei Aplicável

12.5.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6. Foro

12.6.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 13 (treze) vias de igual teor e forma, na presença (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 26 de junho de 2013.

Fernando Lopes de Farias
Diretor Vice-Presidente

Maria Irene S. Leite
DIRETORA
CPF: 453.995.224-20

USINA CAETÉ S.A.

Sônia Regina Menezes
Procuradora.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

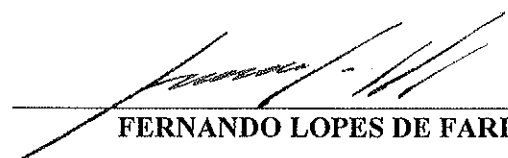
Nina Bueno Lahóz Moya Blasquez da Fonte
Procuradora

OLIVEIRA TRUST SERVICER S.A.


Nina Bueno Lahóz Moya Blasquez da Fonte
Procuradora

Sônia Regina Menezes
Procuradora.

Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias
ELIZABETH ANNE LYRA LOPES DE FARIAS

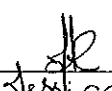

FERNANDO LOPES DE FARIAS


Maria Irene S. Leit.
DIRETORA
CPF: 453.995.224-20


Fernando Lopes de Farias
Diretor Vice-Presidente


LAGENSE S.A. – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES

Testemunhas:


Nome: Jéssica Ramalho Alves
CPF: 047.398.024-06


Nome: Soraia Albuquerque da Conceição
CPF: 508.631.854-87



ANEXO I

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PASSIVOS FINANCEIROS DA EMISSORA PASSÍVEIS DE SEREM PAGOS COM OS RECURSOS ORIUNDOS DAS DEBÊNTURES

Banco	Tipo	Emissão	Vencimento	Nº do Contrato	Valor do Contrato	Saldo Devedor
Banco Pine	NCE R\$	13/04/2010	14/04/2014	0133/10	6.800.000,00	2.101.023,78
Banco Pine	NCE R\$	29/04/2010	14/04/2014	0917/07 F	3.590.000,00	1.184.826,66
Banco Pine	NCE R\$	29/04/2010	14/04/2014	0115/08 F	1.750.000,00	577.249,16
Banco Pine	NCE R\$	29/04/2010	14/04/2014	0575/08 E	3.590.000,00	1.184.826,66
Banco Pine	NCE R\$	29/04/2010	14/04/2014	0056/08 F	1.750.000,00	577.249,16
						5.625.175,42
BBM	NCE R\$	06/10/2010	03/11/2014	53.525	8.000.000,00	5.121.197,02
BBM	NCE R\$	30/06/2011	04/12/2014	53.671	13.000.000,00	10.458.112,72
BBM	NCE R\$	22/12/2011	04/12/2014	53.763	3.000.000,00	2.233.946,60
BBM	NCE R\$	18/05/2012	02/12/2015	53.856	14.000.000,00	15.256.682,05
						33.069.938,39
BicBanco	CCB R\$	22/01/2013	18/06/2013	1212348	12.000.000,00	9.120.761,60
BicBanco	CCE	27/12/2012	19/06/2013	1208888	20.000.000,00	8.087.667,77
						17.208.429,37
BNDES	FAT	01/09/2012	15/12/2014	1252231013		9.520.424,86
						9.520.424,86
BNP	CCE	14/05/2013	25/07/2013	14052013	25.000.000,00	25.172.005,08
						25.172.005,08
Brasil	ACC	14/11/2012	08/11/2013	15033199	10.000.000,00	22.447.968,75
Brasil	ACC	29/11/2012	22/11/2013	15034555	2.500.000,00	5.587.274,31
Brasil	ACC	27/03/2013	21/03/2014	15044408	3.500.000,00	7.513.808,75
Brasil	ACC	28/03/2013	21/03/2014	15044563	2.350.000,00	5.043.978,80
Brasil	CCE	30/11/2012	20/12/2013	343400759	20.000.000,00	20.117.848,68
						60.710.879,29
Daycoval	ACC	20/03/2013	14/03/2014	112099328	2.500.000,00	5.405.763,89
Daycoval	Conta	20/02/2013	20/05/2013	41326/13		25.370.951,56
						30.776.715,45
Itaú	Capital de Giro	26/08/2011	28/06/2013	1001101000 (C)	79.476.906,38	10.831.561,71
Itaú	Capital de Giro	19/12/2012	28/06/2013	101112120006800	4.598.440,00	4.652.605,57
Itaú	Pré Pagamento	01/12/2008	28/06/2013	AGE451966/1	1.970.198,68	4.241.098,93
						19.725.266,21
Safra	CCB R\$	11/05/2010	30/04/2014	27042010	30.000.000,00	11.121.728,75
Safra	CCB R\$	11/05/2010	20/03/2014	921.592-6	4.147.660,00	1.487.922,25
Safra	CCB R\$	01/04/2013	16/05/2013	9252783	3.600.000,00	3.629.874,22
						16.239.525,22
WestLB	CCB R\$	27/04/2011	16/10/2014	27042011	35.000.000,00	13.196.640,47
						13.196.640,47
						231.244.999,76

RESUMO: OPERAÇÕES EM REAIS 181.005.106,33
OPERAÇÕES EM DÓLARES 20.850.000,00

ANEXO II
CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO
[A SEGUIR]

